Revista Poíesis Pedagógica

Ano 2025 – Jan./Dez.
Volume 23, e2025001
Páginas 1–14
ISSN 2178–4442
10.69532/2178-4442.v23.74687

Artigo Original

O Instituto Universal Brasileiro e a formação técnica e profissional: uma leitura de sua contribuição para a educação a distância de jovens e adultos no Brasil (1940-1990)

The Brazilian Universal Institute and technical and professional training: a reading of its contribution to distance education for young people and adults in Brazil (1940-1990)

El Instituto Universal Brasileño y la formación técnica y profesional: análisis de su contribución a la educación a distancia de jóvenes y adultos en Brasil (1940-1990)

Marco Antônio de Santana
Universidade Federal de Jataí

Vitor Hugo de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Considerando a modalidade de Educação a Distância no Brasil (EAD) e sua respectiva historicidade, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre o Instituto Universal Brasileiro (IUB), criado durante a Segunda Guerra Mundial e que confrontou as transformações socioeconômicas impostas pelo mundo globalizante, auxiliando na formação profissional de milhares de brasileiros a partir dos anos 1940. O IUB se destacava por proporcionar fácil acesso e apresentar um ensino mais democrático, se dedicando também à formação de adultos. Nosso estudo, baseado em ampla bibliografia, revelou que, em razão da industrialização do país, tornou-se necessário expandir a mão de obra qualificada de nível técnico e operacional, num contexto em que a legislação atribuiu às fábricas e sindicatos a responsabilidade pela criação de centros profissionalizantes. Assim, o IUB surgiu como uma alternativa privada, mais célere e confortável para o trabalhador que vislumbrava se qualificar diante das novas exigências de mercado. Alcançou grande popularidade divulgando suas ofertas de ensino em impressos de grande circulação (revistas, jornais e gibis), efetivando seus cursos a distância numa metodologia que incluía a remessa de materiais didáticos, atividades e correções pela via postal.
Palavras-chave: Educação a Distância. Ensino Profissional. História da Educação. Instituto Universal Brasileiro.

Abstract

Considering the modality of Distance Education in Brazil and its respective history, this article aims to reflect on the Instituto Universal Brasileiro (IUB), created during the Second World War and which confronted the socioeconomic transformations imposed by the globalizing world, assisting in the professional training of thousands of Brazilians from the 1940s onwards. The IUB stood out for providing easy access and offering a more democratic education, also dedicated to the training of adults. Our study, based on extensive bibliography, revealed that, due to the industrialization of the country, it became necessary to expand the skilled labor force at technical and operational levels, in a context in which the legislation attributed to factories and unions the responsibility for creating professional training centers. Thus, the IUB emerged as a private alternative, faster and more comfortable for the worker who envisioned qualifying himself in view of the new market demands. It achieved great popularity by publicizing its educational offerings in widely circulated printed publications (magazines, newspapers and comics), and offering its distance learning courses using a methodology that included sending teaching materials, activities and corrections by post.
Keywords: Distance Learning; Professional Education; History of Education; Brazilian Universal Institute.

Resumen

Considerando la modalidad de Educación a Distancia en Brasil (EAD) y su respectiva historicidad, este artículo pretende reflexionar sobre el Instituto Universal Brasileiro (IUB), creado durante la Segunda Guerra Mundial y que enfrentó las transformaciones socioeconómicas impuestas por el mundo globalizado, contribuyendo con la formación profesional de miles de brasileños a partir de la década de 1940. La IUB se destacó por ofrecer una educación de fácil acceso y más democrática, y también se dedicó a la formación de adultos. Nuestro estudio, basado en una amplia bibliografía,

CC BY

OPEN ACCESS

reveló que, debido a la industrialización del país, se hizo necesario ampliar la mano de obra cualificada a nivel técnico y operativo, en un contexto en el que la legislación atribuía a las fábricas y a los sindicatos la responsabilidad de crear centros de formación profesional. Así, el IUB surgió como una alternativa privada, más rápida y cómoda para los trabajadores que querían formarse ante las nuevas demandas del mercado. Alcanzó gran popularidad publicitando su oferta docente en medios impresos de gran difusión (revistas, periódicos y tebeos), impartiendo sus cursos a distancia con una metodología que incluía el envío por correo postal de material didáctico, actividades y correcciones.
Palabras clave: Educación a distancia; Formación profesional; Historia de la educación; Instituto Universal Brasileiro.

1. INTRODUÇÃO

A educação está entre as necessidades elementares nos países de Terceiro Mundo, sendo responsável por uma boa parcela das estruturas pedagógicas que, inspirando o indivíduo em sua compreensão tecnológica, contribui também para seu desenvolvimento social e humano. Sob essa perspectiva, a Educação a Distância (EAD) assume papel preponderante ao ministrar seus conhecimentos sem a necessidade de que os alunos estejam, fisicamente, presentes em um mesmo local. No aprendizado a distância, a expressão do conteúdo se faz de determinado local, para que a mensagem seja recebida em outros variados pontos, onde se encontra o destinatário, que responderá pelo designativo caracterizado pelo meio propagador da instrução (Oliveira; Santana, 2022a, 2022b). Assim, será um ouvinte, se o meio de comunicação for o rádio; será um leitor, se o conhecimento for transmitido a partir de jornais, revistas e periódicos; um telespectador, se o instrumento mediador for a televisão; ou um internauta, caso a metodologia a distância utilize o computador para atingir os seus objetivos.

A EAD se firmou como modalidade de educação a partir do reiterado uso das tecnologias de informação e comunicação disponíveis para o exercício do ensino e da aprendizagem em condições que professores e alunos se encontram separados no espaço e/ou no tempo. De acordo com Nunes (1994), a Educação a distância é de extrema importância quando o atendimento envolve um grande contingente de alunos, por não oferecer risco à qualidade do conteúdo aplicado, em virtude da quantidade de pessoas atingidas.

Alves (2009) assinala a presença da EAD, ainda no século XV, a partir das experiências de Gutenberg com a imprensa, no Sacro Império Romano da Nação Germânica (Alemanha). Nesse cenário, embora não sejam citados fatos ou narrativas específicas que corroborem a efetiva construção de uma origem fática do ensino a distância na idade média, podemos presumir que o próprio fato de a imprensa em larga escala, com as informações ordinárias de acontecimentos, festividades e até de publicidades relativas a remédios, cidades etc., constituíam, sob certo aspecto, um manancial de conhecimentos, embora desprovidos de uma estrutura metodológica.

Sob o aspecto de sua evolução, Moore e Kearsley (2007) caracterizam a EAD, ao longo da história, como: **i**) resultante de uma primeira geração marcada pelos textos das correspondências; **ii)** a segunda, decorrente das aulas ministradas via rádio e televisão; **iii)** a terceira, resultante das emergentes tecnologias e do advento das Universidades Abertas; **iv)** a quarta, foi a que repercutiu os contatos de mutualidade, representando a comunicação em tempo real com os novos recursos de áudio e vídeo; **v)** e a quinta, envolve as metodologias de ensino e aprendizado via internet, com exploração de espaços virtuais e salas de aula resultantes de uma rede *cibernética*. Os autores ainda destacam a relação estabelecida inicialmente pela EAD, entre o educando e o tutor, ressaltando

a importância da correspondência e a mediação dos Correios para a viabilização das metodologias de ensino e aprendizado.

Em 1880, segundo Niskier (2009), tentou-se implantar um curso por correspondência em Londres, que honraria seus alunos, ao final da empreitada, com um diploma. A iniciativa, não sendo, entretanto, benquista na Inglaterra, foi levada aos EUA, pelas mesmas autoridades, onde encontraram o devido espaço na *Chicago University*, em 1882. Também foi nos Estados Unidos da América que surgiu a primeira escola primária (*Baltimore*) a oferecer cursos por correspondência, em 1906. A primazia da iniciativa na Alemanha é de 1890. Registraram-se iniciativas para utilização dos Correios para aulas de taquigrafia na Grã-Bretanha em 1840, ao mesmo tempo em que outros países europeus iniciaram, em 1850, o ensino de línguas, especialmente o francês. Na Inglaterra, tal modalidade de educação se fixou devido aos ares da Universidade Aberta e foi seguida por vários outros países europeus, como: Espanha, França, Itália e Bélgica.

O Brasil, historicamente, padece com políticas públicas frágeis no combate às distorções socioeconômicas. As transformações mundiais ocorridas ao longo do século XX, especialmente com a aceleração dos processos de produção, apresentou-nos ao mundo globalizado, alçando a educação a um *status* de centralidade. Dessa forma, nosso país, ladeado pelas demais nações da América Latina, foi compelido a se ajustar, por força do processo, aos embates propostos pelos países ricos, locomotivas do sistema globalizante.

A partir de uma nova ordem econômica, passamos, também, por inéditas exigências no campo do trabalho, o que demandou a renovação dos processos educacionais, mormente no aspecto dedicado aos jovens e adultos que buscavam, nas fábricas, outra perspectiva de vida. Assim, a educação a distância, por aqui, passou a ser importante ferramenta de construção de uma nova realidade social, com as pesquisas apontando para dois interessantes momentos em seu desenvolvimento: a EAD oficial foi implantada na década de 1970, pelo governo militar, numa tentativa de corresponder às exigências do capital internacional, fincando estacas na ideologia neoliberal que se sustentava na formação para o trabalho, no sentido de atender a um projeto de nação; e a Educação a Distância não oficial surgiu em 1939, com o Instituto Monitor (IM) e, em 1941, com o Instituto Universal Brasileiro (IUB), buscando, ambos, ainda que amparados pelos esteios da atmosfera privada, criar alternativas para a renovação dos meios de produção pelo trabalho das classes populares.

Naquela época, as autoridades, por aqui, ainda não haviam se debruçado sobre a problemática da educação de adultos. Além disso, a iniciativa do Instituto Universal Brasileiro, ao explorar a EAD, propunha um método não convencional de ensino, que mais tarde poderia ser utilizado pelos administradores em seus investimentos políticos. Não podemos ainda esquecer a importância desta inciativa de ensino a distância no desafogo aos centros de formação profissional, que geralmente eram ações políticas e nem sempre contavam com grande investimento. Assim, a esfera privada envidava empenho junto às forças públicas, no sentido de auxiliar na transição da força de trabalho rural para as demandas das indústrias. Aqui, no decorrer deste estudo, procuramos compreender o impacto que o IUB alcançou durante o processo de industrialização do Brasil. Interessa-nos, ainda, entender alguns desafios enfrentados por quem propunha a EAD no Brasil de meados do século XX.

Como era divulgada a estratégia e métodos de ensino do IUB diante da população brasileira? Qual papel o IUB exerceu na democratização do ensino no Brasil?

Em nosso país, antes da virada para os anos 1900, há registros de jornais de grande circulação, como o Jornal do Brasil, oferecendo cursos técnicos e profissionalizantes por correspondência (Alves, 2009). Tais iniciativas de ensino constituíam-se, entretanto, em deliberações sazonais, geralmente anúncios publicitários de professores particulares, e não em grandes projetos de ensino a distância. Aí está caracterizada uma fase inicial do ensino por correspondência no Brasil, marcada pelas escolas internacionais que sinalizavam com a qualificação para a ocupação de vagas de emprego nos setores de serviço e comércio, utilizando-se, para remessa de materiais didáticos e metodologias, dos Correios e ferrovias. Além disso, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro – com programas educativos voltados para a cultura e a ciência, frutos do entusiasmo de Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) – com o veículo de comunicação recém-introduzido no país e sua potencial capacidade de alcançar, especialmente, os setores mais populares da sociedade.

Essa fase ficou marcada pela importância dos institutos criados e seu papel no desenvolvimento do ensino por correspondência no país. Entre outras organizações voltadas para o mesmo fim, criaram-se: o Instituto Rádio Técnico Monitor, em 1939; o Instituto Universal Brasileiro, em 1941 e o Instituto Padre Reus, em 1974. Logo após a criação do IUB, surgiu também como referência no ensino a distância a Universidade do Ar (Unar), desenvolvida pelo recém-fundado Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), utilizando o rádio como veículo, chegando a atingir mais de trezentas e cinquenta localidades no ano de 1950. A Unar favoreceu grande parte da população brasileira utilizando-se da popularidade do rádio enquanto veículo acessível de comunicação (Folha Dirigida, 2009).

> No Brasil, a EAD surge em 1904, quando as Escolas Internacionais (representação de uma organização norte-americana) lançaram alguns cursos por correspondência, mas a partir dos anos 1930 é que se deu maior ênfase, com enfoque no ensino profissionalizante, funcionando como alternativa especialmente na educação não formal. Passou então a ser utilizada para tornar o conhecimento acessível às pessoas que residiam em áreas isoladas ou não tinham condições de cursar o ensino regular no período normal (Hermida; Bonfim, 2006, p. 173).

Apesar da importância das instituições citadas para o ensino a distância no Brasil, vamos nos deter, particularmente sobre o Instituto Universal Brasileiro, contemporâneo de nossa infância, parceiro das histórias do Tio Patinhas e do Mickey[1], que traziam cupons com linhas pontilhadas (indicando o picote com a tesoura) a serem preenchidas pelos interessados em realizar algum dos cursos propostos, destacando-se os de datilografia, violão, inglês, desenho artístico, bordado, corte e costura, eletricidade de automóveis, desenhos arquitetônicos e de mecânica, contabilidade prática, refrigeração e ar-condicionado, eletricidade, mestre de obras, fotografia, auxiliar de escritório, entre outros.

1 Tio Patinhas e Mickey são dois dos inúmeros personagens de Walt Disney que protagonizavam as histórias em quadrinhos (HQs) das revistas denominadas gibis, muito comuns nos anos 1960 e 1970. Os gibis eram publicações periódicas, geralmente semanais, disponíveis nas bancas de revistas e jornais, em geral, tornando-se o formato mais frequente na publicação de histórias em quadrinhos no século XX.

Com relação ao método aqui empregado, mobilizamos a noção de operação historiográfica (Certeau, [1975]/2020). Pesquisamos livros, teses e dissertações que elencamos abaixo, em nossas referências. Fizemos ainda uma cuidadosa análise das publicidades expostas em revistas e gibis, especialmente dos anos 1970, época que nos pareceu mais intensa a divulgação do IUB. Assim, pesquisamos, os seguintes gibis: Pato Donald (1970, 1972, 1973 e 1977), Tio Patinhas (1972, 1975, 1976 e 1977), Mickey (1973, 1975 e 1980), Pateta (1978), Superpateta (1979), Mônica (1978 e 1979), Pelezinho (1979), Bidu (1974), Revista O Cruzeiro (1972, 1973 e 1974) e Revista Amiga (1971, 1972 e 1976).

> Esclarecemos que, nesses artefatos, as propagandas apareciam em forma de divulgação dos cursos, facilidades na inscrição e execução dos mesmos, além de apresentarem em quase todas as oportunidades um cupom de inscrição onde se completavam os dados sobre linhas pontilhadas.

2. O INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO ENSINANDO O BRASILEIRO A TRABALHAR

Os anúncios nas páginas de jornais, revistas e publicações em geral chamavam os potenciais alunos para a realização pessoal, indicando uma mensagem ostensiva e instigante sobre um novo *status* profissional possível e próximo de ser alcançado, como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 1 – Encarte com anúncio de cursos do IUB (1987)



Fonte: Instituto Universal Brasileiro–1987 (Acervo dos autores).

No referido folheto, chama-nos a atenção o discurso que destaca a promessa de abrangência, fluidez da logística, preparo dos agentes pedagógicos e os resultados ditos como céleres para aplicação prática no mercado de trabalho:

> O Instituto Universal Brasileiro atinge com rapidez e eficiência todos os principais pontos do território brasileiro, ministrando, através de professores altamente especializados, um ensino minucioso e objetivo, de resultados práticos e imediatos. Escolha o curso, matricule-se e receba as lições. O material necessário você recebe gratuitamente (Instituto Universal Brasileiro, 1987).

As décadas de 1930 e 1940, em nosso país, ficaram marcadas como o período em que se renovaram os meios de produção, a partir de um avanço estupendo da tecnologia, aumentando assim as exigências quanto à qualificação da mão de obra, ao mesmo tempo em que se mostravam baixos os níveis de escolaridade infantil e da população adulta. A Constituição Brasileira de 1934 incentivava a modernização das fontes econômicas e o desenvolvimento da indústria nacional, possibilitando a criação de institutos de créditos e fundações que permitissem, especialmente aos maiores de 15 anos, uma maior inserção no mercado de trabalho, agregando qualidade e conhecimento às matrizes de produção apresentadas naquele momento.

A educação nacional passara à competência da União, pregando, entretanto, a liberdade de ensino ampla, irrestrita, pública e particular, desde que observados os rigores da lei. A criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e um trabalho minucioso sobre os processos de ensino em andamento no Brasil tiveram grande importância, bem como o Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942, criado com o objetivo de amplificar esse grau de escolaridade, abrindo portas, inclusive, para o ensino supletivo daqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola ou tiveram que abandoná-la na idade adequada. Estávamos em pleno governo de Getúlio Vargas que se debatia para equilibrar as políticas nacionalistas, características de seu governo, e as tendências industriais que tomavam conta do Brasil e do mundo.

Com esse cenário, a lógica Varguista para implementação das novas conquistas na linha de produção do país era a substituição dos itens constantes de um extenso rol de importação por uma mão de obra nacional mais eficiente. Para que isso ocorresse, era necessário que houvesse a implementação de uma ostensiva política educacional de formação técnica e profissional. Havia, entretanto, um desacerto quanto à responsabilidade das políticas de educação voltadas para adultos na Constituição Federal de 1937, que tornavam confusas certas diretrizes, intrigando seus pleiteantes entre a obrigação de assunção dos sindicatos e indústrias ou sua otimização pelo próprio aparelho estatal (Faria, 2010).

Com a Segunda Guerra Mundial, a escassez de produtos industrializados e mão de obra qualificada ficaram latentes. Em 1942, por meio das reformas denominadas Leis Orgânicas do Ensino, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, por intermédio do Dec. Lei 4.073–denominado Lei Orgânica Industrial–organizou, com vistas a suprir uma demanda social naquele momento, o ensino industrial, objetivando preparar os trabalhadores para as fábricas e para os trabalhos artesanal, transportes, pesca e comunicação. Essa modalidade de educação deveria iniciar-se por um ciclo fundamental de 4 anos, e outras duas fases técnicas, de 3 e 4 anos. A lei ainda previa que, impossibilitada a oferta do curso industrial, que se realizassem cursos rápidos, sob o imperativo

do mero aprendiz, no sentido de alcançar a qualificação da mão de obra, sendo delegada tal tarefa de formação às próprias indústrias que, após o período de ensino, utilizariam os referidos profissionais.

> Este engajamento da indústria na formação de mão de obra qualificada já havia sido consubstanciado no Decreto-Lei suprarreferido, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tratando-se, portanto, da criação de um sistema paralelo ao sistema oficial de ensino organizado em convênio com as indústrias e através da Confederação Nacional das Indústrias (Faria, 2010, p. 81).

Segundo Romanelli (1999), embora esse modelo de ensino tenha perdurado por vários anos, não conseguiu, entretanto, propagar-se e atender às necessidades do desenvolvimento social almejado. Nesse contexto, destacam-se as criações do Instituto Monitor (IM) e do Instituto Universal Brasileiro (IUB). O IM, fundado em 1939 por Nicolas Goldberg, ofereceu como primeira formação na modalidade a distância, por carta, via Correios, o curso de Técnico em Rádio.

O IUB foi fundado em 1941, pelos irmãos Jacob e Michael Warghttig, depois que este último, abandonando a sociedade com Goldberg, no Instituto Monitor, resolveu criar um preparatório para formação de mão de obra e prestação de serviços, acompanhado por seu irmão. Assim, com base no art. 60 da Lei n° 4.073/1942, podemos afirmar que o IUB nasceu como pessoa de direito privado, equiparando-se às instituições "reconhecidas", uma vez que, nos termos do § 2º, assim deveriam ser compreendidas as escolas industriais ou técnicas, mantidas pelos municípios, por pessoa natural ou ainda por pessoa jurídica de direito privado, nesse caso, devendo ser autorizada pelo governo federal.

Entendemos que o IUB era de direito privado, até mesmo pelas características de comercialização de seus cursos técnicos e profissionalizantes, sendo que, no início de suas atividades, também preparava jovens adultos para a seleção no ginásio e no colegial, o que os auxiliava na busca por posições estratégicas, almejando uma melhor colocação tecnicista, ou quiçá, no nível superior.

As lembranças nos levam às páginas centrais das revistas e dos gibis que mais comumente folheamos pelo decorrer dos anos 1970. Ali, via de regra, deparávamo-nos com publicidades ostensivas do IUB, em páginas que exploravam a profusão de cores, com alguns compêndios dos cursos oferecidos delimitados dentro de quadrados simetricamente sobrepostos, opiniões de ex-alunos, um título exuberante do tipo: "Assegure o seu Futuro", e os cupons para preenchimento individual, anuindo ao curso que o remetente pretendia receber, o nome completo, a rua, o número da casa, a cidade e o estado federativo do domicílio do potencial aluno. Ademais, frases de efeito, no corpo da publicidade, estavam sempre a nos chamar a atenção: "Matricule-se com urgência e receba, todas as lições do curso escolhido, bem como o material necessário para o seu desempenho, gratuitamente". Normalmente, após lermos uma revista, fazíamos a troca entre vizinhos e amigos, em busca de fascículos inéditos, e não era incomum pegarmos exemplares cujos cupons estavam todos preenchidos pelos membros da família cedente. Possivelmente, em nossas revistas também algum parente os tenha completado, e assim partilhávamos uma realidade comum, num país de população majoritariamente pobre e que, geralmente, estava às voltas com a procura de emprego, com a conquista de novos horizontes no campo do trabalho. Muitas vezes, sabemos, os cupons nem eram

picotados. Entretanto, ficavam ali, como signo inarredável da iniciativa laboral, denunciando uma crença, uma confiança anímica no método de ensino profissionalizante, propalado pelo IUB.

Sob o ponto de vista da mecânica, o processo de ensino e aprendizado proposto pelo Instituto Universal Brasileiro se dava da seguinte forma: o pretenso estudante preenchia e recortava os cupons impressos nas páginas das revistas, gibis, jornais e periódicos. Em seguida, depositavam na "caixa postal[2]" anunciada pelo IUB, disponível no serviço de correios. Essas missivas encerravam como sobrescrito a seguinte mensagem impressa: "Sr. Diretor: Peço enviar-me grátis o folheto sobre o curso de" (seguia-se uma linha pontilhada para que o interessado a preenchesse).

Alguns cursos eram oferecidos gratuitamente e outros demandavam uma prestação mensal, segundo a publicidade ostensiva, "ao alcance de todos", diante da qual eram enviados, periodicamente, o material didático impresso. As apostilas e os livros que transitavam via correios possibilitaram o que se chama de autoinstrução. O estudante/aprendiz era responsável pelo próprio estudo, enviando suas dúvidas frequentes, também pelos Correios, que eram respondidas pelos professores e instrutores do IUB. Em determinados estágios do aprendizado, os professores/monitores enviavam avaliações, práticas e teóricas, que atestavam o nível alcançado pelo aluno, tudo mediante o serviço postal. Após o teste final, os estudantes/aprendizes recebiam um certificado de conclusão do respectivo curso, pelo Instituto Universal Brasileiro, que os capacitava para o exercício profissional na matéria dedicada.

Sobre o oferecimento do curso em condições de gratuidade, mediante determinadas circunstâncias, podemos afirmar que, pelos anos 1970, o IUB mantinha um considerável número de alunos nessas condições, a partir da comprovação de sua condição de pobreza, o que normalmente se dava com os presidiários, os deficientes físicos e os enfermos em fase de recuperação (Guaranys; Castro, 1979, p. 107).

O rádio, as revistas e os jornais divulgavam a diversidade dos cursos, as possibilidades de profissionalização, os depoimentos de técnicos que se engajaram com sucesso na iniciativa e os cupons de adesão, que uma vez preenchidos e depositados nas agências dos correios, estabeleciam o primeiro contato entre professores e alunos, no sentido de criar oportunidades, formando o indivíduo para o curso escolhido. As demais etapas propostas pelo IUB se davam mediante correspondência postal, até a certificação do estudante.

Embora o rádio ostentasse uma ampla popularidade e se destacasse como grande propagador da atividade formativa, levando seus princípios e suas metodologias aos diversos cantos do país, o serviço de correios é que viabilizava a atividade educativa. Em nosso país, entretanto, o modelo de educação a distância tinha desafios a resolver, com uma grande parcela da população carente e a extraordinária dimensão territorial, litigando entre a demora na entrega e na devolução

2 Como compreender a dinâmica de uma caixa postal, meio comum de correspondência, via correios, há 30 anos, em um momento tão atravessado pelas experiências digitais e os modernos fluxos de comunicação em rede? A caixa postal, por incrível que pareça, também não era um endereço físico, mas uma diretriz para encaminhamento de correspondências, encomendas etc. Era detentora de um certo número identitário e as comunicações para ali endereçadas chegavam, inapelavelmente, ao destinatário. O assinante pagava uma assinatura aos correios e recebia uma chave para retirada do material a ela endereçado. Quanto maiores as demandas da caixa postal, maiores eram as mensalidades pagas. No caso do Instituto Universal Brasileiro, as correspondências deveriam ser encaminhadas para a Caixa Postal 5058–São Paulo–CEP 01000.

dos materiais didáticos, via Correios. De acordo com fato registrado pelo SENAC, houve, nesse sentido, atrasos do Correio em até 90 dias, o que, entretanto, não impedia os obstinados alunos em prosseguir no seu intento de, por meio da oferta de cursos, conseguir uma boa formação técnica ou profissional e, ao mesmo tempo, adquirir um novo patamar de conhecimentos (Faria, 2010, p. 82).

Notamos, pela estrutura metodológica estabelecida pelo Instituto Universal Brasileiro, que o trabalho gráfico realizado era fundamental, sendo utilizado em todas as etapas do processo, iniciando pelo recrutamento dos potenciais estudantes, com publicidades ostensivas nos veículos de comunicação, estimulando a iniciativa do jovem aprendiz; seguido pelos panfletos explicativos, esmiuçando, dentro do possível, a temática sobre a qual se apoiava o curso; e a metodologia utilizada para o aprendizado, pelo material didático, livros e apostilas inerentes, testes e avaliações periódicas e a certificação, no fim da jornada. Por muitos anos, a gráfica do IUB funcionou na cidade de São Paulo, mudando-se no final da década de 1970, após a morte de um de seus sócios, para o ABC Paulista, aproveitando algumas vantagens fiscais proporcionadas pela administração local. Ficaram famosas algumas questões sindicais envolvendo os gráficos do Instituto Universal Brasileiro e a classe patronal.

A bibliografia em torno do surgimento e do desenvolvimento do Instituto Universal Brasileiro ao longo dos tempos não é extensa. Observamos com atenção alguns trabalhos sobre o tema, recorremos à nossa memória, socorrendo-nos de importantes períodos de nossa vivência, buscamos contato com as revistas e os respectivos anúncios, e ainda conversamos com alguns ex-alunos do Instituto Universal Brasileiro. Sob o ponto de vista de quem propunha os cursos profissionalizantes, valemo-nos de informações compiladas de quem conviveu de perto com as demandas do IUB, seu atual proprietário, Luis Fernando Naso. Segundo Naso, após a inauguração, os primeiros cursos apresentados pelo Instituto foram os de datilografia, taquigrafia e estenografia, devido às demandas daqueles tempos. O gestor ainda justifica a utilização das várias revistas e da radiodifusão como meio divulgador, no sentido de alcançar o maior número de pessoas, nos mais remotos cantos do país (Zamlutti, 2006, p. 66).

Pelas décadas de 1940 e 1950, ainda segundo Naso, o sucesso do IUB estimulou o surgimento de outras instituições que tentavam aquinhoar uma fatia do promissor mercado, como “A Voz da Profecia”, em 1943, e o SENAC, em 1946, ambos oferecendo o tecnicismo e a profissionalização por correspondência. Depois, surgiram o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e a Escola de Ensino Técnico Paulista por Correspondência. Afirmando uma tendência mundial, a Inglaterra inaugurou, em 1962, a sua primeira instituição superior de ensino a distância, intitulada *Open University*. Luis Naso ainda afirma que, a partir daí, a EAD começou a se espalhar pelo mundo, especialmente quando, a partir de 1967, foi divulgado em diversas agências de notícias que o Primeiro Secretário do Partido Comunista Russo, Mikhail Gorbachev, havia concluído o curso de Economia Agrícola Científica, por correspondência, no Instituto de Stavropol (Zamlutti, 2006, p. 66).

Por essa época, a EAD se encontrava em voga no mundo e utilizava, para sua publicidade e com a maior amplitude possível, toda a capacidade disponível nos veículos de comunicação. O Instituto Universal Brasileiro, em suas pretensões iniciais, também se preocupou com a radiodifusão, anunciando cursos técnicos de instalação, reparos e montagem de aparelhos radiofônicos. Sob esse aspecto, é importante ressaltar que a tendência mercadológica era plenamente seguida

pelo IUB, no sentido de qualificar o indivíduo para as grandes demandas sociais daquele momento, mantendo o técnico formado pelo instituto no rol dos profissionais atualizados com a vanguarda das linhas de produção. Assim é que, ilustrativamente, citamos algumas das publicidades do IUB, logo no início dos anos 1950, aproveitando a campanha de chegada da televisão ao Brasil para lançar na Revista "O Cruzeiro", que vendia, na época, uma tiragem semanal de 60.000 exemplares, o curso "Aprenda rádio e televisão" (Faria, 2010, p. 85).

Em 1970, o IUB, com sede em São Paulo e filiais no Rio de Janeiro e em Brasília, oferecia 22 cursos aos pretensos aprendizes, além dos cursos supletivos de 1º e 2º graus, totalizando uma população de 150.000 alunos espalhados pelo território nacional. Esses cursos, em sua maioria, tinham a duração de 3 a 4 meses para, enfim, conferir a certificação do aluno (Guaranys; Castro, 1979, p. 67).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n° 9.394/1996, reconheceu o Instituto Universal Brasileiro, oficialmente, como instituição de ensino de 1º e 2° graus a distância, a qual continua, ainda nos dias de hoje, embora com metodologia adaptada aos padrões das recentes tecnologias de comunicação (internet, vídeo, teleconferência), em plena atividade.

> De acordo com Naso e, também com dados coletados na internet, já estudaram no Instituto Universal Brasileiro 3.600.000 pessoas, e a instituição conta atualmente com: sete Unidades de Atendimento aos alunos (locais onde os alunos podem tirar suas dúvidas diretamente com os professores e realizar as avaliações presenciais); duas Unidades Administrativas; uma na Capital e outra no interior do Estado, além de um parque gráfico localizado no interior do Estado (com área total de 30.000m2 e área construída de 6000 m2), onde é processada toda a impressão do material utilizado pelos seus alunos. A instituição conta ainda com um corpo docente especializado para atender aos alunos, salas de avaliações para provas presenciais, salas de vídeo, salas individuais e coletivas com professor, além de outros equipamentos didáticos empregados nos cursos; Departamento de Recebimento de Correspondência (DRC); Central de Processamento de Dados (CPD); Departamento de Atendimento ao Aluno (DAE); Departamento Didático (DD); Departamento de Conferência (DC) e Departamento de Expedição (DEX) (Guaranys; Castro, 1979, p. 68).

Não devemos encerrar a narrativa sobre esse educandário profissional sem anunciar que foram muitos os princípios metodológicos que o IUB adotou, a partir da ideologia encampada pelos escolanovistas que, sob certo aspecto, direcionou a Constituição de 1934 nas orientações relativas à educação a distância. Assim, a Carta Magna definia em seu art. 149 que a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país (Brasil, 1934). Aí encontramos a universalização intrínseca, com a responsabilidade solidária compartilhada entre o governo e a família. A mesma legislação estabelecia no § único do art. 150 que o ensino primário deveria ser integral e gratuito, com frequência obrigatória, extensivo aos adultos.

Nesse ponto, encontramos o Estado se engajando na causa da educação popular e, de forma subjacente, sinalizando preocupação com a problemática social do analfabetismo adulto que se mostrava crescente, num momento em que os países Latino-americanos tentavam se integrar aos movimentos liderados por nações ricas e organizações internacionais de estabelecer um desenvolvimento sustentável, com plena atenção aos aspectos socioeconômicos da população. A Cons-

tituição de 1934, embora trouxesse expressa a competência privativa da União para as questões relacionadas à educação, permitia também a liberdade de ensino em todos os graus, desde que observadas as prescrições legislativas, o que estimulou muitos dos estabelecimentos privados de ensino (Faria, 2010, p. 80).

Logo depois, a Constituição Federal de 1937, apesar de ter tratado especificamente a questão técnica e profissional na formação do indivíduo, retrocedeu na atribuição de obrigação estatal de oferecimento e custeio nos processos de educação para toda a população, entretanto, essa tem sido a marca de nosso país, notadamente, nas ações políticas que não refletem diretamente no fluxo eleitoral ou na imagem política de nossos representantes (Brasil, 1937).

Finalmente, devemos mencionar que um dos principais cursos oferecidos ao longo de toda história pelo IUB foi o curso de técnico da indústria radiofônica e de reparos dos aparelhos instalados em lares e comércios de todo o país. Ora, não podemos fechar os olhos quanto à ligação existente entre a radiodifusão e a EAD. O rádio foi suporte de difusão e objeto de estudos para formação técnica e profissional de milhares de pessoas e, a partir de 1922, ele iniciou uma trajetória ascendente de inaugurações e comercializações, tornando-se cada dia mais acessível, sob o aspecto econômico, o que aumentava sua popularidade. Em 1930, com o início do que chamaram de "Década do Rádio Comercial", o aparelho radiofônico "barateou" definitivamente, houve aumento do número de emissoras que se lançaram no campo de trabalho, e isso impulsionou o mercado em torno do rádio, uma vez que se transformava, a partir de então, no maior veículo de comunicação de massa do país. Pelo Anuário Estatístico do Brasil de 1936, o país, na época, possuía mais de 50 emissoras de rádio e o governo criava mecanismos para levar o aparelho difusor aos lugares mais longínquos do território nacional. Assim, se evidencia a tendência a uma formação de técnicos na indústria radiofônica, essencialmente para conferir os reparos necessários aos milhares de aparelhos que se espalhavam pelos lares, espaços públicos e comércios.

3. CONSIDERAÇÕES

O Instituto Universal Brasileiro teve grande importância na formação educativa de parte da população brasileira, a partir dos anos 1940, e está na ativa até os dias atuais, tendo proporcionado, via EAD, com ampla exploração dos meios de comunicação empregados, a formação de milhares de profissionais em várias áreas do conhecimento.

O surgimento do IUB, durante o governo Getúlio Vargas, deu-se no decorrer da Segunda Guerra Mundial, momento em que houve a aceleração e a transformação dos processos de produção nas fábricas, gerando o que denominaram Revolução Industrial Brasileira, com a substituição de produtos importados pelos localmente fabricados e uma readequação da mão de obra às demandas emergenciais do país. Talvez esse tenha sido um dos motivos para o êxito inicial do IUB, uma vez que a Constituição de 1937 havia atribuído às indústrias e aos sindicatos a incumbência pela criação de centros profissionalizantes dedicados aos aprendizes, devido à escassez de mão de obra no país. A globalização se mostrava aos países Latino-americanos por meio das frentes de consumo apresentadas pelos países desenvolvidos, essencialmente no que dizia respeito às linhas de produção, o que exigia uma melhor qualificação do estudante/trabalhador para assumir os postos na indústria.

Enquanto isso, o Instituto Universal Brasileiro fazia suas publicidades entre as reportagens de revistas e entre as páginas das histórias em quadrinhos, captando a atenção do leitor mediante uma estratégia vacante entre o interesse e o entretenimento. Era prazeroso acabar de ler saborosos quadrinhos do Estúdio Walt Disney e, ali na página adiante, encontrar uma perspectiva de futuro, uma possibilidade de ganho no país onde a vida não poupava o cidadão da precariedade. Não encontramos registro seguro sobre o número de pessoas atendidas pelo IUB. Conforme informação de um jornal de divulgação impresso pelo próprio IUB, em que não é possível precisarmos o ano, o periódico anuncia a matrícula, naquele ano, de 200.000 alunos e um total de "3.600.000 pessoas que já estudaram pelo nosso método" (Faria, 2010, p. 150).

Estamos no século XXI, a tecnologia digital registra a cada dia um novo salto que reverbera nos processos comunicantes. Tudo se renova de uma forma muito dinâmica, tornando as novidades, em brevíssimo espaço de tempo, ultrapassadas. O Instituto Universal Brasileiro, importante centro de formação profissional, desfrutou de tempos mais morosos e, na medida do que dispunha, impôs sua metodologia e cumpriu os objetivos a que se propunha, no auxílio à formação de mão de obra para um Brasil que procurava a todo o custo se desenvolver.

O IUB também acompanhou o avanço tecnológico e se manteve, ao longo dos anos, como participante da história educacional de nosso país, estabelecendo, por intermédio da força do trabalho, uma maior relação do cidadão com a sociedade em que vive. Por isso, entendemos o IUB como um instituto de extrema relevância na educação brasileira, pelas transformações que provocou e pelas lições que continua a ministrar ainda nos dias de hoje, para uma grande parcela da população que vagueia carente de uma formação técnica ou profissional que lhe confira dignidade.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. *In*: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (org.). *Educação a distância*: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 1 v. p. 9-13.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: *Diário Oficial da União*, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 7 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: *Diário Oficial da União*, 10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história* (1975). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FARIA, Adriano Antonio. *A história do instituto universal brasileiro e a gênese da educação a distância no Brasil*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.

FOLHA DIRIGIDA. *Tudo começou a 70 anos*. Disponível em: http://www.institutomonitor.com.br/html/release/57.html. jul. 2009. Acesso em: 9 jan. 2024.

GUARANYS, Lucia Radler; CASTRO, Claudio de Moura. *O Ensino por Correspondência*: uma Estratégia de Desenvolvimento Educacional no Brasil. Brasília: IPEA, 1979. p. 16-18, 105-109. (Série Estudos para o planejamento, 22).

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia R. Souza. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, nº especial, p. 166-181, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO. [*Encarte/panfleto*]. A maior e mais perfeita organização de ensino à distância, do país! São Paulo, jul. 1987. 1p.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. *A educação a distância*: uma visão integrada. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NISKIER, Arnaldo. Os aspectos culturais e a EAD. *In*: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (org.). *Educação a distância*: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 28-33.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação a distância. *Revista Educação a Distância*, Brasília: Instituto Nacional de Educação a Distância. v. 4, n. 5, p. 7-25. abr. 1994.

OLIVEIRA, Vitor Hugo de; SANTANA, Marco Antonio de. Projeto Minerva: uma experiência educativa via rádio no Governo Militar em Uberlândia (1970–1989). *UniAraguaia*, Goiânia, v. 17, n. 3, art-9, p. 107-118, dez. 2022a. Disponível em: https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/revistauniaraguaia/article/view/1150. Acesso em 14 jan. 2024.

OLIVEIRA, Vitor Hugo de; SANTANA, Marco Antonio de. Radiodifusão e projetos educativos: contribuições para o desenvolvimento social no Brasil (1922-1951). Radiodifusão. *Educação & Fronteiras*, Dourados, v. 12, e023005, out. 2022b. p. 1-21, DOI: https://doi.org/10.30612/eduf.v12i00.16650. Acesso em: 17 jan. 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ZAMLUTTI, Maria Esmeralda Mineu. *Uma análise do surgimento da educação a distância no contexto sociopolítico brasileiro do final da década de 30 e início da década de 40*. 2006. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Como citar – ABNT

SANTANA, Marco Antônio de; OLIVEIRA, Vitor Hugo de. O Instituto Universal Brasileiro e a formação técnica e profissional: uma leitura de sua contribuição para a educação a distância de jovens e adultos no Brasil (1940-1990). **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025001, Fevereiro, 2025. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74687

Como citar – APA

Santana, M. A. de., & Oliveira, V. H. de. (2025). O Instituto Universal Brasileiro e a formação técnica e profissional: uma leitura de sua contribuição para a educação a distância de jovens e adultos no Brasil (1940-1990). *Revista Poíesis Pedagógica*, *23*, e2025001. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74687

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial
Submetido: 12 de junho de 2024.
Aprovado: 05 de dezembro de 2024.
Publicado: 14 de fevereiro de 2025.

Conflito de interesse
Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados
Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores
Resumo/Abstract/Resumen: Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Introdução ou Considerações iniciais:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Referencial teórico:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Metodologia:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Análise de dados:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Discussão dos resultados:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Conclusão ou Considerações finais:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Referências:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Revisão do manuscrito:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira; **Aprovação da versão final publicada:** Marco Antônio de Santana, Vitor Hugo de Oliveira.

Direitos Autorais
Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poíesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poíesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access
Este artigo é de acesso aberto (***Open Access***) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (***Article Processing Charges – APCs***). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la–ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

Licença de uso
Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Similaridade
Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço ***Similarity Check*** da Crossref.

Processo de avaliação
Revisão por pares duplo-cega (***Double blind peer review***).

Editora
Cláudia Tavares do Amaral

Fomento
O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.

Publisher
Este artigo foi Publicado na **Revista Poíesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poíesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poíesis Pedagógica obteve **Qualis B1.**